

DOCTRINA

ARTIGOS

Abuso de direito, abuso de forma, fraude à lei e elisão tributária

Tercio Sampaio Ferraz Junior	9
1 Introdução.....	9
2 Abuso de direito.....	11
3 Abuso de direito em sede tributária	14
4 Abuso de forma como abuso de direito.....	15
5 Abuso de direito como fraude a lei imperativa	17
6 Conclusão	19

A obrigação tributária

Sacha Calmon Navarro Coêlho	23
1 Introdução.....	23
2 A análise do fato gerador para determinar a natureza jurídica do tributo – proposta classificatória	29

Exame da constitucionalidade do art. 6º, XIV, da Lei nº 7.713/1988 – análise da pretensão de extensão, via judicial, da isenção do IR aos rendimentos dos trabalhadores da ativa em razão de doença grave

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	49
1 Introdução.....	49
2 Impossibilidade de atuação do Poder Judiciário como legislador positivo. Cabal constitucionalidade do art. 6º, <i>caput</i> , XIV, da Lei nº 7.713/1988.....	51
3 Conclusão	64
Referências	64

O laudo de avaliação na Lei nº 12.973/2014

Ramon Tomazela Santos	67
1 Introdução.....	67
2 Aspectos gerais do laudo de avaliação após a Lei nº 12.973/2014.....	68
3 O laudo técnico e o subjetivismo responsável	79
4 O conceito de vícios e incorreções.....	81
5 A comprovação do vício ou da incorreção pelo Fisco	86
6 O procedimento de elaboração do laudo técnico.....	91
7 Aspectos formais do laudo de avaliação	92
8 Conclusões	93

A proteção da confiança legítima e a Súmula nº 584 do Supremo Tribunal Federal: uma análise a partir do primado da segurança jurídica assegurado pelo Estado Democrático de Direito

Raphael Silva Rodrigues, Thiago Penido Martins	95
1 Escopo do ensaio	96
2 Particularidades do imposto sobre a renda no sistema tributário brasileiro	98
2.1 Conceito e classificação	99
2.2 Regra-matriz de incidência	101
2.3 Aspecto temporal: fato gerador complexo?	103
3 Validade da norma tributária	104
3.1 Vigência da legislação tributária	105
3.2 Eficácia jurídica	106
4 Aplicabilidade das normas jurídicas tributárias	107
4.1 Fato gerador pendente?	108
5 Princípios constitucionais no sistema tributário brasileiro	110
5.1 Princípio da segurança jurídica	111
5.2 Princípio da irretroatividade tributária	112
5.3 Princípio da anterioridade tributária	115
6 O Enunciado nº 584 da Súmula do STF ante os princípios constitucionais da irretroatividade e da anterioridade tributária	116
7 Considerações finais	124
Referências	126

A cessão de precatórios e de outros direitos creditórios e a determinação de tributos federais no regime de caixa

Fábio Piovesan Bozza	129
1 Introdução	129
2 Primeira questão: há autonomia entre a relação jurídica que originou o direito creditório e a relação jurídica de cessão deste a terceiro?	130
3 Segunda questão: qual a qualificação jurídica da receita oriunda da cessão do direito creditório?	134
3.1 Tratamento da receita de cessão pelo IRPJ/CSLL	137
3.2 Tratamento da receita de cessão pelas contribuições ao PIS/Cofins	142
4 Terceira questão: existe relação entre a cessão do direito creditório e a realização das receitas originárias que estavam pendentes de reconhecimento pelo regime de caixa?	143
4.1 Tratamento da receita originária pelo IRPJ/CSLL/PIS/Cofins	146
5 Dois exemplos	147
6 Conclusões	147
Referências	148

Análise da tributação em relação às quantias devolvidas pelos delatores da Operação Lava Jato

Fernanda Medeiros e Ribeiro	151
Referências	158

Análise dogmática tributária do fim do "imposto sindical"

Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira	163
1 Das considerações iniciais	163
2 Do fim do "imposto" sindical	165

3	Das considerações finais.....	174
	Referências	175

A assistência internacional mútua em matéria tributária e o Brasil:
aportes teóricos

	Nádia Rubia Biscaia, Rosaldo Trevisan	179
1	Introdução.....	180
2	O quadro da assistência internacional mútua para fins tributários.....	181
2.1	Intercâmbio de informações na experiência da OCDE: a Convenção Multilateral sobre Assistência Mútua em Matéria Fiscal e o Fórum Global.....	184
2.2	Intercâmbio de informações na experiência dos Estados Unidos da América: o <i>Foreign Account Tax Compliance Act</i> (FATCA)	188
3	A incorporação e operacionalização dos instrumentos voltados ao intercâmbio automático de informações para fins tributários no Brasil	190
3.1	Considerações iniciais.....	190
3.2	A convenção multilateral e o FATCA: da ratificação à instituição da e-Financeira	193
4	Tributação da renda, justiça, cidadania e transparência fiscal: o fim da era do sigilo bancário e fiscal	195
5	Conclusão	199
	Referências	201

PARECER

Receita Federal do Brasil

Receita Federal – Parecer normativo – Exportação de serviços – Conceito para fins de interpretação da legislação tributária	209
---	-----